Projeto de Lei n.º 005/2022

“Fixa a recomposição dos subsídios dos Vereadores e dá outras providências”

A Câmara Municipal de Martins Soares, Estado de Minas Gerais, por seus Vereadores aprova a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído a recomposição dos valores do subsídio recebidos pelos Vereadores do Município de Martins Soares, de acordo com o IPCA (Índice DE Preços ao Consumidor Amplo) nos termos da Consulta 1095502 do TCE/MG. E em cumprimento à Lei Municipal n.º 747/2016.

Art. 2º Aplicar-se-á o acréscido percentual de 10,65% (dez pontos percentuais e sessenta e cinco décimos), sobre os valores percebidos pelos Vereadores da Câmara Municipal de Martins Soares.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir do dia 01 de janeiro de 2022.

Art. 4º Revoga-se todas as disposições em contrário.

Martins Soares 18 de março de 2022

Ver. Alex-Sandro Franco de Andrade
Presidente

Ver. José Santana Emerick
Vice - Presidente

Ver. Júnior Silvestre Louback
Secretário

Justificativa

Cumpre-nos ressaltar, que a Constituição Federal, art. 29, VI, garante aos Vereadores direito a subsídios que deverão ter seus valores fixados de uma legislatura para a outra, em obediência ao princípio da anterioridade o qual inviabiliza a modificação dos respectivos subsídios durante a legislatura:

VI- O subsídio dos Vereadores será fixado pelas respectivas Câmaras Municipais em cada legislatura para a subsequente, observado o que dispõe esta Constituição, observados os critérios estabelecidos na respectiva Lei Orgânica e os seguintes limites máximos:

Por outro lado, apesar de a fixação dos valores dos subsídios somente poder ser feita de quatro em quatro anos, anualmente estes valores deverão ser revistos com a aplicação do índice oficial, como, por exemplo, o INPC/IBGE no presente caso ou outro que se coadune com as possibilidades financeiras da Municipalidade, a fim de que a inflação não lhes corra o poder aquisitivo. Por isso, a revisão geral anual é prerrogativa direta do mandato eletivo, não podendo os Vereadores dela dispor nos termos do art. 29, VI.

Considerando a obrigatoriedade constitucional desta Casa em atualizar os subsídios dos Vereadores, considerando a aplicação do índice do INPC/IBGE, tido como índice inflacionário oficial, considerando a desnecessidade da apresentação de impacto orçamentário/financeiro, com base nos artigos 16 e 17, § 6º, da Lei Federal nº 101/00 - Lei de Responsabilidade Fiscal - devido não haver “criação de despesa” e sim uma reposição das perdas inflacionárias, contam os Signatários com a colaboração dos demais Pares para aprovação da matéria em pauta.

Martins Soares 18 de março de 2022.

Ver. Alex-Sandro Franco de Andrade
Presidente

Ver. José Santana Emerick
Vice - Presidente

Ver. Júnior Silvestre Louback
Secretário